

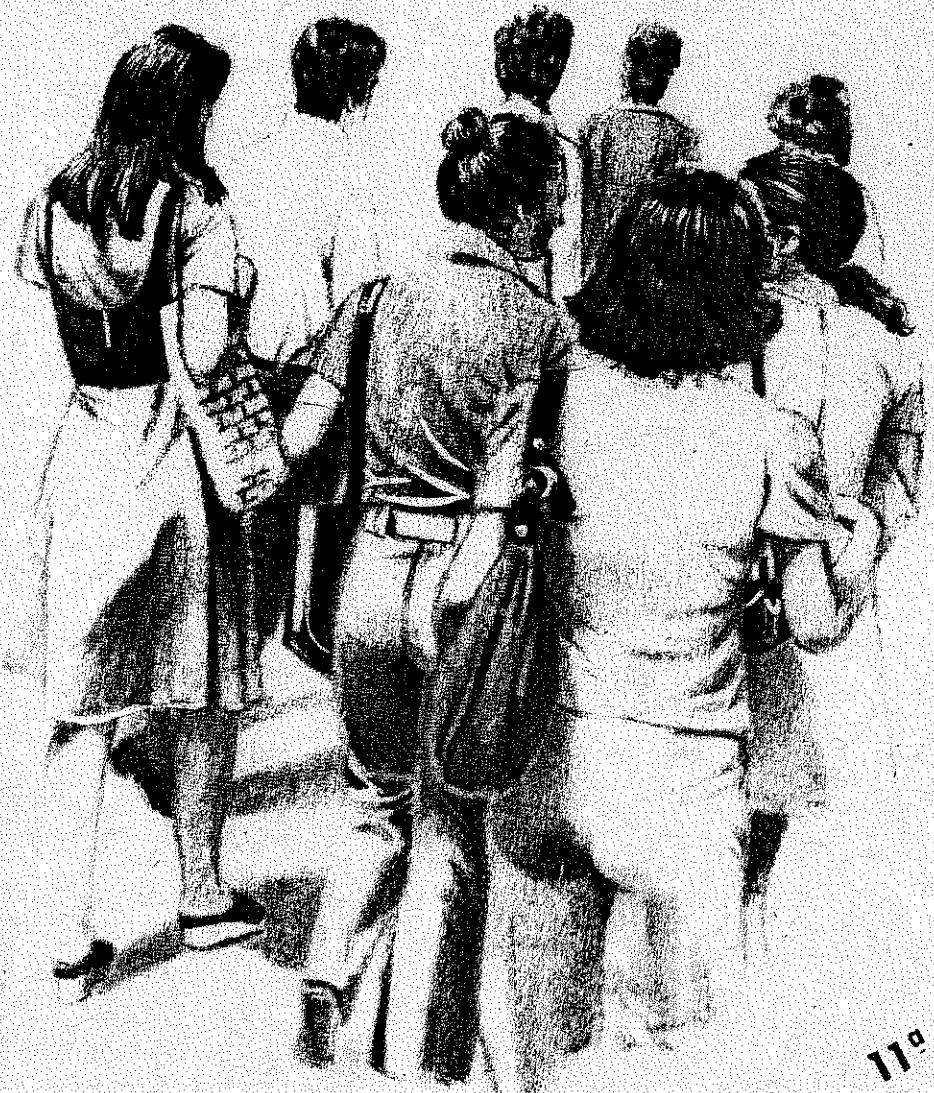
Marialice Mencarini Foracchi • Jose de Souza Martins

SOCIOLOGIA E SOCIEDADE

(Leituras de introdução à Sociologia)

"A HERANÇA INTELLECTUAL DA
SOCIOLOGIA..."

FLORESTAN FERNADES



11º TIRAGEM

LIVROS TÉCNICOS E CIÊNCIAS EDITORA S.A.

Proibida a reprodução, mesmo parcial,
e por qualquer processo, sem autorização
expressa do autor e do editor.

Coordenador editorial da área:
Gabriel Cohn

1ª edição: 1977
Reimpressões: 1978 (duas), 1980 (três),
1981, 1983, 1984, 1985
e 1986

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Sociologia e sociedade: leituras de introdução à
S662 sociologia (compilação de textos por) Marialice Mencarini
Foracchi (e) José de Souza Martins.
Rio de Janeiro, LTC — Livros Técnicos e Científicos Edi-
tora S.A., 1977.

1. Sociologia I. Foracchi, Marialice Mencarini, 1929-1972.
II. Martins, José de Souza, 1938 —

77-0437

CDD-301

Índices para catálogo sistemático:

1. Sociedade: Sociologia 301
2. Sociologia 301

Direitos reservados por:

 **LIVROS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS EDITORA S.A.**

MATRIZ	FILIAL
Rua Vieira Bueno, 21 20.920 — Rio de Janeiro — RJ Brasil — End. Telegráfico: LITECE Tels.: 580-6055	Rua Vitória, 486 — 2º andar 01.210 — São Paulo — SP Tel.: (011) 223-6823 Caixa Postal 4.817

8 — *Introdução*

deste livro, exposta nesta Introdução. Naquela altura já tínhamos quase todos os textos seleccionados, cabendo-me, apenas completar o que faltava. O que veio depois foi apenas o trabalho de tradução, revisão e aquisição dos textos.

José de Souza Martins

PRIMEIRA PARTE

A SOCIOLOGIA COMO CIÊNCIA

A herança intelectual da Sociologia*

Florestan Fernandes

A Sociologia não se limita ao estudo das condições de existência social dos seres humanos. Todavia, essa constitui a porção mais fascinante ou importante de seu objeto e aquela que alimentou a própria preocupação de aplicar o ponto de vista científico à observação e à explicação dos fenômenos sociais. Ora, ao se falar do homem, como objeto de indagações específicas do pensamento, é impossível fixar, com exatidão, onde tais indagações se iniciam e quais são os seus limites. Pode-se, no máximo, dizer que essas indagações começam a adquirir consistência científica no mundo moderno, graças à extensão dos princípios e do método da ciência à investigação das condições de existência social dos seres humanos. Sob outros aspectos, já se disse que o homem sempre foi o principal objeto da curiosidade humana. Atrás do mito da Religião ou da Filosofia sempre se acha um agente humano, que se preocupa, fundamental e primariamente, com questões relativas à origem, à vida e ao destino de seus semelhantes.

Por isso, seria vão e improficuo separar a Sociologia das condições histórico-sociais de existência, nas quais ela se tornou intelectualmente possível e necessária. A Sociologia não se afirma primeiro como explicação científica e, somente depois, como forma cultural de concepção do mundo. Foi o inverso o que se deu na realidade. Ela nasce e se desenvolve como um dos florescimentos intelectuais mais complicados das situações de existência nas modernas sociedades industriais e de classes. E seu progresso, lento mas contínuo, no sentido do saber científico-positivo, também se faz sob a pressão das exigências dessas situações de existência, que impuseram tanto ao pensamento prático, quanto ao pensamento teórico, tarefas demasiado complexas para as formas pré-científicas de conhecimento.

Daí a posição peculiar da Sociologia na formação intelectual do mundo moderno. Os pioneiros e fundadores dessa disciplina se caracterizam menos pelo exercício de atividades intelectuais socialmente diferenciadas, que pela participação mais ou menos ativa das grandes correntes de opinião dominantes na época, seja no terreno da reflexão ou da propagação de idéias, seja no terreno da ação. As ambições intelectuais de autores como Saint-Simon, Comte, Proudhon e Le Play, ou de Howard, Malthus e Owen, ou de von Stein, Marx e Riehl iam além do conhecimento positivo da realidade social. Conservadores, reformistas ou revolucionários, aspiravam fazer do conhecimento sociológico um instrumento da ação.

(*) Florestan Fernandes, *Ensaio de sociologia geral e aplicada* (cap. 8: "A herança intelectual da Sociologia"), Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1960, pp. 273-89. Reproduzido com autorização de Enio Matheus Guazzelli & Cia.Ltda.

E o que pretendiam modificar não era a natureza humana em geral, mas a própria sociedade em que viviam.

Existe, portanto, fundamento razoável para a interpretação segundo a qual a Sociologia constitui um produto cultural das fermentações intelectuais provocadas pelas revoluções industriais e político-sociais, que abalaram o mundo ocidental moderno. De fato, a Sociologia não se impôs em virtude de necessidades lógicas, pressentidas ou formuladas a partir da evolução interna do sistema das ciências. A única disciplina científica que poderia ter concorrido, diretamente, para a criação da Sociologia, é a Biologia. Entretanto, ainda hoje a Biologia opera com organismos abstraídos do meio real de existência. Apesar de ter posto em evidência o papel da competição e do conflito na formação de comunidades e na "luta pela vida" continua a ignorar as influências presumíveis da organização social na diferenciação e na evolução das espécies.

Isso quer dizer que o desenvolvimento do sistema das ciências se tem processado sob o influxo de duas ordens de fatores. Uma, de natureza especificamente positivo-racional, ligada com as exigências da própria marcha das investigações científicas. Outra, de natureza ultracientífica, constituída pelo conjunto de necessidades práticas (econômicas, culturais e sociais), que podem ou precisam ser satisfeitas, de modo direto ou indireto, mediante a descoberta ou a utilização de conhecimentos científicos. Algumas disciplinas, como a Química, emergiram graças à concorrência de fatores das duas ordens. Outras, como a Sociologia, nasceram da conjugação dos efeitos das crises sociais com os da revolução da mentalidade, produzida pelo advento do pensamento científico. Semelhante vinculação da Sociologia com as situações de existência indica duas coisas. Primeiro, que os pioneiros da Sociologia possuíam ampla compreensão da natureza e das possibilidades do conhecimento científico. Segundo, que deviam ser recrutados antes entre os *apologistas*, que entre os *militantes* da ciência — o que, sob muitos aspectos, foi vantajoso, devido à plasticidade exigida, inicialmente, pelas investigações sociológicas, em particular no livre aproveitamento de recursos intelectuais de procedência extracientífica.

Vista em termos dos ideais da investigação científica, a referida vinculação da Sociologia com as situações de existência social pode ser apreciada tanto de modo positivo, quanto negativo. Assim, é certo que ela contribuiu para ajustar rapidamente o modelo da análise científica à natureza dos fenômenos sociais humanos, que ela favoreceu a adoção de padrões de comunicação científica relativamente exotéricos e que a ela se associa uma nova compreensão do objeto e das funções da ciência aplicada. Contudo, nessa vinculação também se encontram as raízes dos principais obstáculos ao desenvolvimento posterior da Sociologia. De um lado, porque nela se inspirou a identificação, ainda hoje corrente, da Sociologia com a Filosofia da "Questão Social" — o que acabava por reduzi-la às proporções de uma *Filosofia Política*. De outro, porque podia conduzir ao empobrecimento do campo de investigação da Sociologia, especialmente quando a supervalorização da chamada "Sociologia Histórica" se processava em combinação com "intuítos práticos" mal definidos.

Tais conclusões demonstram que a herança intelectual da Sociologia atendia, escassamente, aos pré-requisitos de uma verdadeira ciência. Isso não significa, porém, que se deva proceder a uma condenação da "Sociologia do século XIX", como o faz Georges Gurvitch. O melhor seria tentar compreender o seu espírito e os seus resultados, tomando-se como ponto de referência a significação deles para

o desenvolvimento da Sociologia na época. A esse respeito, seria conveniente considerar: 1º) as relações da emergência da Sociologia com os efeitos intelectuais dos processos de secularização dos modos de conceber e de explicar o mundo; 2º) as repercussões das tendências de racionalização e dos movimentos sociais na delimitação do horizonte intelectual dos pioneiros ou dos fundadores da Sociologia; 3º) a natureza dos motivos e das ambições intelectuais, inerentes às primeiras tentativas de aproveitar os princípios do conhecimento científico na explicação da vida humana em sociedade.

A explicação sociológica exige, como requisito essencial, um estado de espírito que permita entender a vida em sociedade como estando submetida a uma ordem, produzida pelo próprio concurso das condições, fatores e produtos da vida social. Por isso, tal estado de espírito não só é anterior ao aparecimento da Sociologia, como representa uma etapa necessária à sua elaboração. No mundo moderno, pelo que se sabe, ele se constituiu graças à desagregação da sociedade feudal e à evolução do sistema capitalista de produção, com sua economia de mercado e a correspondente expansão das atividades urbanas. É que estes dois processos histórico-sociais se desenrolaram de modo a ampliar, continuamente, as esferas da existência nas quais o ajustamento dinâmico às situações sociais exigia o recurso crescente a atitudes secularizadas de apreciação dos móveis das ações humanas, do significado dos valores e da eficiência das instituições.

No plano puramente intelectual, a secularização dos modos de conceber e de explicar o mundo está relacionada com transformações radicais da mentalidade média. O efeito mais notável e característico dessas transformações consiste no alargamento do âmbito da percepção social além dos limites do que era sancionado pela tradição, pela Religião ou pela Metafísica. Todo sujeito percebe o mundo exterior e as próprias tendências egotistas através de categorias de pensamento herdadas da sociedade em que vive. Quando a herança cultural é constituída, predominantemente, por categorias de pensamento modeladas pelo influxo direto e profundo das tradições, de noções religiosas ou de explicações metafísicas de origem sacerdotal, a percepção social acaba sendo condicionada de forma estática e recorrente, o que restringe as potencialidades críticas e inconformistas dos agentes humanos em face de suas situações de existência. Qualquer análise da conduta, da sociedade ou do destino humano esbarra com o caráter "absoluto", "intangível" e "sagrado" das normas, dos valores e das instituições sociais, reconhecidos culturalmente. Nem mesmo uma disposição objetiva ou neutra de reconhecimento das situações de existência se torna facilmente acessível. Nas condições de inquietação e de instabilidade, ligadas à desagregação da sociedade medieval e à formação do mundo moderno, as inconsistências daquelas categorias absolutas e estáticas do pensamento se fizeram sentir com rapidez. Contudo, como se estava em uma era de revolução social (e não apenas de transição de um período a outro de uma mesma civilização), elas não foram simplesmente impugnadas e rejeitadas: as formas de saber de que elas derivavam e que pareciam viciar, de diversas maneiras e sob diferentes fundamentos, o uso da razão, é que foram condenadas e substituídas. Seja no plano prático, seja no plano teórico, impunham-se tarefas que pressupunham novos padrões de apreciação axiológica, mais ou menos livres dos influxos da tradição ou de concepções providencialistas. Portanto, o que se poderia designar como *consciência realista* das condições de existência emerge e progride através de exigências de novas situações de vida, mais complexas e instáveis. Daí o enriquecimento dos conteúdos e o alargamento dos níveis da percepção social do sujeito, exposto a um cosmos moral em que a capacidade de julgar, de decidir e de

agir passa a depender, de modo crescente, do grau de consciência por ele alcançado sobre os móveis das ações dos outros ou os efeitos das possíveis alterações da estrutura e funcionamento das instituições.

A essa transformação básica do horizonte intelectual médio é preciso acrescentar outras duas conseqüências, a ela relacionadas. De um lado, as modificações que se produziram na natureza e nos alvos do conhecimento do senso comum; de outro, as inovações que se manifestaram no seio do pensamento racional sistemático. As modificações por que passou o conhecimento do senso comum têm sido subestimadas, em particular devido às inclinações intelectualistas dos autores que estudam a história do pensamento no mundo moderno. Mas, elas possuem uma significação excepcional, pois foi por meio delas que se projetaram na vida prática as diversas noções que fizeram da atividade humana, individual ou coletiva, o próprio cerne de todo progresso econômico, político ou cultural. Na verdade, foi o conhecimento do senso comum que se expôs e teve de enfrentar as exigências mais profundas e imediatas das novas situações de existência social. Por isso ele acabou servindo como verdadeiro foco de formação e de cristalização das categorias de pensamento, historicamente adequadas àquelas situações. Tome-se como exemplo a história da Economia: noções que serviram, primordialmente, para definir o significado de ações, de obrigações ou de relações econômicas, na linguagem cotidiana foram ordenadas com base na experiência de atividades econômicas concretas e "generalizadas", tudo dentro do âmbito do conhecimento do senso comum. Mais tarde, as explicações assim descobertas constituíram o ponto de partida de uma disciplina científica. Pode-se objetar que existe ampla diferença entre as explicações abstratas dos economistas e a "teoria" do comércio de um mercador inglês do século XVI ou XVII. O paralelo é bastante sugestivo, não obstante, para indicar o sentido objetivo e os intuítos de precisão, inerentes ao conhecimento de senso comum no mundo moderno.

As repercussões da secularização dos modos de perceber e de explicar o mundo no pensamento racional sistemático são, entretanto, melhor conhecidas. Mas, mesmo aqui se verifica que o processo de transformação foi mais rápido nas esferas do pensamento racional vinculadas de modo imediato às situações práticas de existência, como se pode comprovar pelo confronto do desenvolvimento do Direito Positivo com o da Filosofia, a partir da desagregação da sociedade medieval. Isso não impede que se reconheça que coube ao pensamento racional sistemático seja ordenar e dar expressão lógica às elaborações realmente significativas do conhecimento do senso comum, seja estender os critérios de explicação secular do mundo a objetos e a temas que não caem dentro dos limites da reflexão prática. Graças a estas duas funções, a Filosofia moderna ofereceu os meios intelectuais através dos quais se esboçaram as primeiras tentativas de explicação realista sistemática das condições e efeitos da vida humana em sociedade. A essas tentativas não estiveram alheios, mesmo, nem certa objetividade no tratamento empírico das manifestações da vida social; nem um mínimo de espírito relativista, que permitiu entender univocamente os fenômenos de mudança sócio-cultural, condicionados pelo espaço ou pelo tempo, e que oferecia um fundamento lógico às especulações voltadas para a reconstrução social.

Em suma, aos efeitos do processo de secularização da cultura na modificação da mentalidade média, do conhecimento do senso comum e do pensamento racional sistemático devem-se a formação do ponto de vista sociológico, a noção de que a vida humana em sociedade está sujeita a uma *ordem social*, e as primeiras tentativas de explicação realista dos fenômenos de convivência humana. A cons-

tituição da Sociologia, entretanto, altera sua relação com os produtos intelectuais e com as tendências desse processo. Parece óbvio que as influências intelectuais descritas concorreram para produzir efeitos similares porque as questões que se passaram a colocar, a respeito das formas e natureza da ordem social, se tornaram demasiado variadas e complexas, a ponto de exigirem o recurso contínuo à investigação sistemática e a formação de uma disciplina intelectual específica. Tome-se Augusto Comte como referência. Suas indagações correspondiam a questões que não poderiam ser formuladas e respondidas no âmbito do conhecimento do senso comum ou da Filosofia pré-científica. O que é a ordem social? Como ela se constitui? Como ela se mantém? Como ela se transforma? Em outras palavras, com o aparecimento da Sociologia não só se amplia o sistema das ciências, como se descobrem meios intelectuais plenamente adequados às necessidades de desenvolvimento criador ou construtivo dos modos secularizados de perceber e de explicar o mundo.

As repercussões das tendências de racionalização e dos movimentos sociais na delimitação do horizonte intelectual dos pioneiros e dos fundadores da Sociologia se fizeram sentir em dois planos distintos. No plano teórico, elas levaram à convicção, muito anterior à confirmação de tal estado de espírito pelos resultados das investigações sociológicas, de que as regularidades de coexistência e de sucessão, que permitem entender e explicar a ordem dos fenômenos nas manifestações da vida social, não possuem uma natureza rígida e mecânica. É certo que tal ordem foi descrita como algo que exclui tanto os influxos da providência, quanto o arbítrio de indivíduos ou de grupos de indivíduos. Mas, isso não impedia que se procurasse conhecer os processos sociais com o intuito de colocar ao alcance da atividade humana meios eficazes de intervenção nas condições de existência social. Estava-se na grande era do pensamento inventivo e do humanitarismo. Conservadores, liberais ou socialistas, todos se interessavam pelas descobertas das ciências e por suas aplicações nas indústrias, nos serviços públicos e nas relações humanas. Daí a construção de elaborações interpretativas que perseguiram dois fins: 1º) o de descrever a ordem social como um sistema dotado de organização estrutural e funcional própria, cuja alteração interna se processaria através da operação de mecanismos inerentes à organização do sistema; 2º) o de descobrir as condições dentro das quais a atividade humana poderia tirar determinados proveitos da plasticidade relativa da ordem social, mediante o aproveitamento dos conhecimentos fornecidos pela análise dos referidos mecanismos de mudança do sistema social.

No plano prático, os ideais de racionalização concorreram para alimentar a aspiração de inventar técnicas de manipulação ou de controle das situações de existência social, modeladas segundo os padrões do conhecimento positivista-racional. Em incentivos dessa espécie repousam, desde o início, as preocupações sociológicas sobre as possibilidades e as funções do planejamento no mundo moderno. As impulsões coletivas imanentes aos movimentos sociais eram, por sua vez, demasiado poderosas para serem subestimadas no pensamento sociológico. Por isso, as acomodações intelectuais se revelam antes na inclinação a aumentar ou a diminuir o intervalo ideal nas relações da teoria com a prática, que na negação de sua existência e importância. Os que pretendiam aproveitar os conhecimentos sociológicos em manipulações conservadoras ou reformistas, a exemplo de Malthus ou de Comte, respectivamente, julgavam indispensável a escolha de intervalos mais ou menos consideráveis. Os que aspiravam colocar aqueles conhecimentos a serviço da revolução social, ao contrário, tendiam a recomendar um intervalo mínimo, a exemplo de Proudhon ou de Marx, com amplas perspec-

16 — A Sociologia como ciência

tivas para o mútuo aprofundamento da teoria e da prática. Do ponto de vista formal, o resultado seria o mesmo: o nascimento de uma concepção de ciência aplicada e da significação construtiva da prática para a teoria que não encontrava símile nem fundamento nas ciências naturais.

Quanto à natureza dos motivos e das ambições intelectuais, inerentes às primeiras tentativas de explicar a vida humana em sociedade de forma objetiva: eles eram antes filosóficos, que científicos. Para definir as coisas com maior precisão: eles provinham de uma filosofia plenamente imbuída das descobertas, das categorias de pensamento e do valor da ciência. O que se costuma chamar de *ciências sociais*, com referência aos Enciclopedistas, ou de Sociologia, em face de autores como Comte, Stuart Mill ou Spencer, é, propriamente falando, uma Filosofia da Ação Humana — compreendendo reflexões que se aplicam a caracteres ou atributos universais da natureza humana e indagações em que essa natureza é explicada através de elementos variáveis das condições de existência social. O que importa, em conjunto, são o encadeamento e a direção que tais reflexões e indagações acabaram tomando.

O encadeamento se revela na fragmentação da Filosofia da Ação Humana, desdobrada em três níveis diferentes de consideração da realidade. Ela se apresenta como uma Filosofia da História, quando procura associar o presente ao passado e descobrir as “leis” do desenvolvimento do espírito humano. Ela se torna uma Filosofia Social, quando pretende evidenciar as funções “civilizadoras” da vida em sociedade, estabelecendo as primeiras vinculações dinâmicas, de sentido universal, da natureza humana com as situações de convivência social; e quando se volta para a *questão social*, de cuja análise retira o caráter de Filosofia das condições atuais de existência humana e do seu devir. Ela assume as proporções de uma Filosofia Política, quando liga, por meio da análise e da crítica dos sistemas políticos modernos, os resultados dos tipos de reflexão e de indagações filosóficas, a que poderiam conduzir a Filosofia da História e a Filosofia Social.

Vê-se, portanto, que a Filosofia da Ação Humana era coroada por uma Filosofia Política, em cuja base estavam uma Filosofia da História e uma Filosofia Social. Em virtude mesmo de semelhantes vinculações, o pensamento filosófico moderno se encaminhou da reflexão abstrata para a indagação empírica e para a análise indutiva. A acumulação de dados e sua manipulação intelectual se impunham tanto nas elaborações da Filosofia da História e da Filosofia Social, quanto nas contribuições da Filosofia Política. O exemplo de Comte, único pensador em que as três disciplinas filosóficas se fundem, construtivamente, demonstra que a Filosofia Política, além de aproveitar os resultados das outras duas, precisava resolver problemas empíricos específicos, nascidos do exame das origens sociais ou da significação ideológica e pragmática dos sistemas políticos coexistentes em luta pelo poder. Tais tendências para a análise empírica e indutiva sublinham quão profundas foram as transformações de direção, sofridas pelo pensamento filosófico moderno, sob o impacto dos ideais de conhecimento científico.

Portanto, os móveis e as ambições intelectuais, que deram sentido e orientaram as investigações pioneiras no campo da Sociologia, possuíam natureza filosófica, ainda que esta fosse corrigida e ampliada pelas influências do pensamento científico. A rigor, durante a primeira metade do século XIX não existe uma Sociologia propriamente científica, mas uma Filosofia da Ação Humana. Mesmo em época mais recente, as tentativas de Spencer, de Schäffle, de Lilienfeld, de Gumplowicz, de Greef ou de Worms, de construir a Sociologia como um sistema

só contribuíram para perpetuar as concepções pré-científicas de trabalho, herdadas da Filosofia da Ação Humana. Isso não implica, porém, em que se condene e rejeite, por “filosófica”, a Sociologia do século XIX. A constituição da Sociologia, como disciplina científica, seria inconcebível se aqueles motivos e ambições intelectuais, de natureza filosófica, não tivessem inspirado e dirigido as modernas indagações sobre a natureza humana e suas relações com as condições de existência social.(1)

Em dois pontos essa verificação é incontestável. Primeiro, naquilo que se tem descrito como sendo a revolução copernicana, que proporcionou o advento das ciências sociais: a transição do “ponto de vista normativo” para o “ponto de vista positivo”, na interpretação dos fenômenos sociais. É certo que essa transição foi condicionada e impulsionada pela secularização dos modos de conceber e de explicar o mundo nas sociedades modernas. No que concerne à explicação da natureza humana e de suas relações com as situações sociais de existência, contudo, ela se processou, intelectualmente, pela transformação da antiga Metafísica em Filosofia da Ação Humana. E foi no seio desta que surgiu e se desenvolveu a tendência a considerar as situações sociais de existência através de instâncias empíricas, pelo recurso à análise indutiva e com um sério esforço para conter influências perceptíveis dos sentimentos, de idéias preconcebidas ou de valorizações etnocêntricas nas atividades cognitivas.

Segundo, a natureza humana só poderia ser conhecida e interpretada sociologicamente como parte de um sistema de relações com sentido, pois o comportamento dos seres humanos, individual ou coletivamente, é regulado por normas, valores e instituições sociais. Em consequência, a observação, a descrição e a interpretação da vida social humana exigiam categorias de pensamento especiais, que não podiam ser tomadas ao conhecimento físico do mundo exterior, voltado para um sistema de relações destituídas de sentido. Comte apreendeu o problema com genialidade, ao reconhecer que cabia à Sociologia lidar com conceitos nos quais os limites de abstração do geral seriam condicionados pela extrema complexidade dos fenômenos sociais. Isso equivalia a admitir, em termos diferentes, o princípio segundo o qual os conceitos e a explicação científica das atividades sociais humanas são delimitados, formalmente, pelo universo empírico de sentido a que se referem (Dilthey). Portanto, é evidente que, sem os recursos conceptuais legados pela Filosofia da Ação Humana, a Sociologia estaria privada de categorias de pensamento plenamente adequadas à realidade social.

Esses dois pontos esclarecem uma questão fundamental: a Filosofia da Ação Humana não serviu, apenas, de veículo à introdução do espírito científico no estudo da vida social humana. Ela própria representa uma fase construtiva do desenvolvimento da Sociologia. Suas limitações e inconsistências acabaram, com o tempo, por entrar o progresso científico das investigações sociológicas, por causa da importância que se chegou a atribuir a problemas sem significação teórica precisa ou da negligência do valor da pesquisa empírica sistemática. Entretanto,

(1) Adiante, por causa das implicações dessa análise, a Filosofia da Ação Humana será designada com a expressão Sociologia “Filosófica”. A escolha desse termo permite caracterizar melhor a significação da Filosofia da Ação Humana do ponto de vista da Sociologia (ela também tem importância para a Economia, para a Política, para a Etnologia e para a Psicologia). Doutra lado, existem correntes e contribuições da “Sociologia do século XIX” cuja natureza não pode ser determinada através de vinculações com a Filosofia. Isso indica a necessidade de introduzir qualificações, que separem uma das outras as tendências do pensamento sociológico naquele século.

seriam pressentidas tão depressa as limitações dessa espécie, se as contribuições “filosóficas” dos pioneiros e fundadores da Sociologia não tivessem concorrido para a formação de ideais de trabalho verdadeiros e consistentes? A alteração inevitável do clima de produção intelectual e das preocupações centrais dos investigadores não deve prejudicar o reconhecimento desse fato essencial.

Feito esse rápido balanço, conviria indagar em que consistiam os resultados a que chegara a referida Sociologia “Filosófica”. Na caracterização do objeto da Sociologia: a) formalmente, ela continua a ter grande atualidade; b) materialmente, ela se tornou obsoleta. Isso é fácil de entender-se. É que a caracterização formal do objeto da Sociologia era, no fundo, um problema lógico. Sua única implicação essencial dizia respeito à determinação do elemento inconfundível e invariável do ponto de vista sociológico. Um problema dessa espécie podia ser resolvido independentemente do acúmulo de conhecimentos empírico-indutivos e de fato o foi — pela evidência de que as manifestações da vida social possuem uma ordem própria, cuja estabilidade, diferenciação e integração se produzem através de processos sociais. A caracterização material do objeto da Sociologia encontrava, porém, sérias dificuldades. De um lado, por causa da escassez de conhecimentos sociológicos positivos sobre um número suficientemente variado e extenso de situações possíveis de existência social. De outro, em virtude da tendência a confinar os problemas substantivos da análise sociológica às sociedades européias modernas ou a fazer delas o fulcro do pensamento sociológico. Em tais circunstâncias, não é de estranhar o recurso a analogias, que permitiam dividir o campo da Sociologia de acordo com paradigmas tomados a outras ciências.

A terminologia representa uma esfera do pensamento científico cujo progresso é lento. Aí o progresso acompanha e reflete o grau de rigor atingido na formulação dos problemas a serem investigados e na verificação dos resultados das pesquisas. Por isso, se foi apreciável o número e a qualidade de conceitos legados pela Sociologia “Filosófica”, muitos dos quais se conservam até hoje com a mesma significação, dela não resultaram influxos construtivos: a) seja no sentido da precisão terminológica; b) seja no da escolha de critérios para a seleção e a ordenação sistemática de conceitos sociológicos de interesse heurístico. Além disso, os poucos princípios que contribuíam para a unificação dos conceitos sociológicos correspondiam a necessidades lógicas do pensamento filosófico. Isso só contribuía para divorciar a crítica dos conceitos do caráter instrumental que eles possuem e para aumentar as confusões nascidas do caos terminológico.

Na elaboração dos recursos de natureza científica, destinados à observação, descrição e interpretação da realidade, as soluções conseguidas também se inscreviam antes na órbita do pensamento filosófico, que na do conhecimento científico. A convicção de que o princípio da “uniformidade do mundo exterior” se aplica aos fenômenos sociais humanos e de que estes estão submetidos, portanto, a uma ordem social, deu margem a rápido progresso na assimilação dos caracteres formais e gerais do conhecimento científico pela Sociologia. Essa circunstância teve enorme importância prática para a criação e a difusão de outras convicções nela fundadas, segundo as quais o ponto de vista sociológico seria logicamente necessário e cientificamente legítimo. Mas, não podia suscitar, por si mesma, um estado de espírito que assegurasse condições propícias ao desenvolvimento igualmente rápido da pesquisa empírica sistemática, área na qual se forjam e refinam os recursos da investigação científica.

Em conseqüência, no esboço mais completo de uma teoria da investigação sociológica, que é o de Comte, são parcas e, às vezes, até negativas (2) as contribuições referentes às técnicas e aos métodos de pesquisa, sem que suceda algo melhor com as sugestões concernentes às técnicas e aos métodos de interpretação, recomendados para as tarefas de construção e de comprovação das inferências indutivas. Neste particular, é admissível que a formação da inferência indutiva por meio da “análise racional” (segundo a expressão de Cournot), chegara a alcançar relativa consistência e acentuou o desenvolvimento da Sociologia como ciência nomotética. O mesmo não se pode dizer, entretanto, da tendência à combinação de instâncias empíricas discretas ou incompatíveis na construção de inferências “indutivas”, do hábito a dispensar as evidências empíricas das generalizações e do abuso da indução por analogia. Aqui se acham os piores traços da Sociologia “Filosófica” do século XIX e as principais fontes de deformação da mentalidade científica, que operavam dentro dela.

No plano da teoria, é preciso distinguir duas ordens de alvos naquela Sociologia “Filosófica”: 1º) os que se definiam formalmente, como conseqüência da natureza da Sociologia como ciência nomotética; 2º) os que se colocavam na investigação de situações histórico-sociais de existência humana. Muito se tem escrito a respeito das inconsistências do primeiro tipo de alvos. Resumindo-se os argumentos, constata-se: a) as explicações sociológicas insistiam, com parcialidade, na influência dinâmica de determinados fatores, escolhidos pelo sujeito-investigador como “fatores determinantes” ou como “fatores dominantes” (como nas diversas modalidades de “determinismo” geográfico, econômico, racial, etc., que tiveram importância na Sociologia); b) a análise da diferenciação social se fazia sob modelos inadequados, conduzindo à representação da “evolução social” como um processo linear, contínuo e invariável; c) as pretensões a constituir a Sociologia como ciência nomotética levaram ao exagero a preocupação pela descoberta e formulação de *leis sociológicas gerais*, destituídas de qualquer significação empírico-indutiva. Essas críticas omitem o essencial, que é a ausência de uma compreensão positiva e consistente do papel da teoria na investigação científica. O segundo tipo de alvos é mais afim com as modernas preocupações de pesquisa empírica sistemática. Como eles se misturam, com freqüência, às preocupações referidas nos itens a) e b), acabaram sendo negligenciados pela maioria dos especialistas. Todavia, eles exerceram uma influência construtiva. De um lado, porque orientaram a análise sociológica para pequenas massas de dados homogêneos (como nos estudos histórico-sociológicos de Proudhon, de von Stein, de Marx, e mesmo em trechos de tentativas mais ambiciosas de análise comparativa, como as empreendidas por Malthus, por Comte ou por Spencer). De outro, porque demonstraram, desde logo, que havia uma contradição entre os modelos de explicação tomados das ciências naturais e as possibilidades da generalização nas investigações sociológicas. Daí a convicção, que toma alento e cresce continuamente durante o século XIX, de que a Sociologia lida com sistemas descontínuos, sendo a validade das “leis sociológicas” relativa ao modo de considerar os tipos sociais investigados.

O verdadeiro círculo vicioso que se estabeleceu nas relações mútuas da teoria com a pesquisa, na Sociologia, lança suas raízes mais profundas nessas duas orientações teóricas do pensamento sociológico no século XIX. Uma delas afastava

(2) Atente-se, por exemplo, para as conseqüências da condenação da introspecção, que inspirou, durante muito tempo, as resistências contra o uso de documentos pessoais na Sociologia.

a reflexão teórica da pesquisa empírica sistemática. A outra, confinava a pesquisa empírica sistemática a alvos teóricos em que não se evidenciava, com toda a precisão e clareza, o caráter nomotético da explicação sociológica. Bem ponderadas as coisas, entretanto, verifica-se que semelhante círculo vicioso não é um produto específico da Sociologia "Filosófica" do século XIX. Ele parece ser, acima de tudo, a expressão das contingências da investigação científica em uma disciplina que se vê compelida a criar instrumentos de trabalho adequados ao objeto mais complicado e difícil, a que a ciência jamais se propusera: a natureza e as formas da existência humana em sociedade.

Por fim, em um ponto a Sociologia "Filosófica" parece ser inconfundivelmente rica: na esfera das reflexões práticas. Aqui, onde não revelam empobrecimento crescente, os desenvolvimentos posteriores da Sociologia mantêm íntima continuidade com as tendências sociológicas do século XIX. A que se devem tais progressos? Pelo que se sabe, muito mais aos influxos construtivos do pensamento filosófico e da consciência racional dos objetivos dos movimentos sociais, que aos resultados diretos da investigação sociológica dos *problemas sociais*. O fato de não se ter descoberto, na época, uma solução satisfatória para a sistematização dos temas da Sociologia Aplicada demonstra que essa interpretação é verdadeira. O máximo que se conseguiu, em tal direção, aparece na idéia (atualmente inaceitável), de que existem fenômenos sociais *patológicos*, objeto de estudo da "patologia social", considerada como disciplina sociológica. Portanto, inclusive na esfera em que se mostrou mais fecunda e criadora, a Sociologia "Filosófica" não dispôs de recursos metodológicos e teóricos que facilitassem a superação das dificuldades essenciais, com que se defrontou.

Com base nos resultados da presente digressão, é legítimo concluir que a Sociologia recebeu uma herança intelectual comparável a uma faca de dois gumes. De um lado, ela era bastante rica e plástica para encaminhar e permitir a solução de muitas questões fundamentais, ligadas com a caracterização do ponto de vista sociológico, com a definição do objeto da Sociologia, com a seleção e o aproveitamento de categorias de pensamento adequadas à natureza dos fenômenos sociais humanos, com a exploração de critérios de análise aplicáveis à descrição e à interpretação dos processos sociais, com os alvos práticos inerentes aos conhecimentos sociológicos ou decorrentes das funções da ciência no mundo moderno. Mas, de outro, ela se revelou pobre e obstrutiva. Escaparam-lhe os objetivos que dão sentido específico à investigação científica e, com eles, a significação e a importância da pesquisa empírica sistemática, tanto para o desenvolvimento do aparato conceptual e metodológico da Sociologia, quanto para o progresso da teoria e das indagações de interesse prático. Foi neste plano que os hábitos e as ambições intelectuais, procedentes do pensamento filosófico ou do conhecimento do senso comum, se mostraram mais ou menos inconciliáveis com as tarefas impostas pela pesquisa científica. Em conseqüência, a evolução posterior da Sociologia, em direção às normas e aos fins da investigação científica, teve que se processar, em grande parte, *contra* a herança intelectual por ela recebida.

